

Diferentes Modelos de Crescimento em Itaguaí-RJ, Brasil, e Província de Imbabura, Equador¹

Lamounier Erthal Villela²

Marcelo de Olivera Vidal³

Cezar Augusto Miranda Guedes⁴

Riyuzo Ikeda Junior⁵

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.72-98>

Recebido em: 1º/9/2015

Aceito em: 14/2/2017

Resumo

O presente estudo tem por objetivo avaliar as diferenças e contradições entre dois modelos de desenvolvimento em prática na América Latina e suas implicações territoriais. Para tal a pesquisa foi realizada a partir de indicadores de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) elaborados em síntese teórica centrada nas definições de cidadania deliberativa e do conceitual de coesão social, territorial, sustentabilidade, inclusão econômica e bem comum. Foi utilizada uma metodologia de comparação de indicadores de DTS obtidos por intermediação de pesquisa documental, telematizada e de campo, com entrevistas e imersão social. Os resultados e conclusões da pesquisa apontam para diferenças significativas entre os modelos de desenvolvimento local. O município de Itaguaí, situado

¹ Os autores agradecem a participação fundamental no Projeto Pró-Integração/Capes e de Antonio Franco (Universidade Andina Simon Bolívar – Sede Equador) na realização do planejamento e execução do trabalho de campo na província de Imbabura.

² Doutor em Economia pela Universidade Paris III. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. lamounier.erthal@gmail.com

³ Doutor em Economia e Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. celovidal@hotmail.com

⁴ Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. cezar.eco@gmail.com

⁵ Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisador do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs/Ebape/FGV). rikedajunior@gmail.com

na região metropolitana do Rio de Janeiro, recebe megaempreendimentos. Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), considerando sua concentração nesta unidade da Federação brasileira, trata-se do maior volume de investimentos do mundo, apresentando assim uma lógica intensiva em capital e mercadocêntrica. Existe neste caso uma desterritorialização, como a situação da Ilha da Madeira, na qual a colônia de pescadores vivencia os problemas ambientais que impactam negativamente a pesca e mesmo a manutenção de suas residências no local. O caso da Província de Imbabura, no Equador, busca resgatar os conhecimentos locais e identitários em seu processo de desenvolvimento. O modelo de Imbabura no Equador é baseado no resgate dos conhecimentos locais, além da valorização de ativos específicos do território e da busca de participação cidadã.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável. Desterritorialização. Cidadania deliberativa.

DIFFERENT MODELS OF GROWTH IN ITAGUAÍ-RJ, BRAZIL, AND IMBABURA PROVINCE, ECUADOR⁶

Abstract

This article has the objective of evaluate the differences and contradictions between the two models of development in practice in Latin America and its territorial implications. For this research will be elaborated from the indicators of STD – Sustainable Territorial Development elaborated in theoretical syntheses centered in definitions of deliberative citizen and the and the concept of social cohesion, territorial, sustainability, economic inclusion and the common good. Will be used a STD indicators, comparison methodology obtained by intermediation of documentary research, telematic and field interviews and social embeddedness is used. The results and conclusions of the research indicate significant differences between the local development models. The municipality of Itaguaí – RJ, located in the metropolitan area of Rio de Janeiro, receives megaprojects. According to the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (Firjan), considering its concentration in this unit of the Brazilian federation, it is the largest volume of world investment, thus presenting an intensive logic in capital and marketcentric. There is in this case a dispossession, as the situation of Madeira Island, where the colony of fishermen experiencing environmental problems that negatively impact fishing and even the maintenance of their homes on site. The case of Imbabura Province, Ecuador, seeks to rescue the local identity and knowledge in their development process. The Imbabura model in Ecuador is based on the rescue of local knowledge, plus the value of specific assets of the territory and the pursuit of citizen participation.

Keywords: Sustainable territorial development. Deterritorialization. Deliberative citizenship.

⁶ Our thanks to the Project Pró-Integração/CAPES and the key role of Antonio Franco (Simón Bolívar Andina University – Ecuador Headquarters) in carrying out the planning and execution of fieldwork in the province of Imbabura.

Este artigo objetiva avaliar as diferenças e contradições entre dois modelos de desenvolvimento em prática na América Latina. Para tal a pesquisa será elaborada a partir de indicadores de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DST) elaborados em síntese teórica centradas nas definições de cidadania deliberativa e do conceitual de coesão social, territorial, sustentabilidade, inclusão econômica e bem comum.

O grupo inicia as pesquisas sobre o município de Itaguaí em 2010 (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011). A análise é direcionada ao modelo de crescimento do município diante dos megaempreendimentos que transformaram rapidamente a dinâmica local. Estes estudos deram origem a outros que nos levaram a uma série de publicações que versam sobre desenvolvimento local, participação social, impactos na agricultura, políticas públicas e outros fatores (VILLELA et al., 2012). Um dos pontos principais desta análise está centrada nas contradições entre o crescimento econômico e o desenvolvimento territorial. A análise indica que o rápido crescimento econômico do município tem acarretado um crescente processo de desterritorialização. Nesse sentido as pesquisas indicam fraca coesão social e territorial, baixa governabilidade, perda da identidade, exclusão econômica da população local, entre outros aspectos.

Diversos problemas no município de Itaguaí estiveram em evidência e foram destacados pela mídia entre 2013 e 2015, dentre os quais destacam-se: corrupção no executivo municipal, degradação ambiental nos Areais e no Porto de Itaguaí, infraestrutura local não adaptada para o aumento populacional, especulação imobiliária e degradação da agricultura familiar. Alguns destes problemas estarão citados na seção deste artigo que trata especificamente sobre o município. São verificados ainda aspectos contraditórios no território itaguaiense, como elevadas taxas de crescimento do PIB, baixo índice de desemprego e evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), porém não são detectadas melhorias significativas nos indicadores de

sustentabilidade socioambiental, levando a um cenário prejudicial à coesão social, bem como casos emblemáticos de corrupção que foram observados em 2015, principalmente.

Quanto à análise sobre a província de Imbabura, a pesquisa tem origem na missão ao Equador, em setembro de 2014, quando os professores e estudantes envolvidos no projeto PRO-Integração da Capes foram a campo conhecer estudar questões relacionadas à cidadania deliberativa. No caso do Equador, tais questões referentes à modelagem de participação social estão preconizadas na nova Constituição equatoriana aprovada em 28 de setembro de 2008. O que se busca é a elaboração de um modelo participativo denominado “*Consejo de Participación Ciudadana y Control Social*”, consensado nas multinações das populações originárias, respeito à diversidade cultural e identitária e do meio ambiente “*Pacha Mama*”. Tal situação levou à valorização dos conhecimentos e tradições locais no resgate do conceito de bem viver “*para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay*”.

Metodologia

As categorias de análise que serão utilizadas neste artigo empregam os indicadores de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) (VILLELA et al., 2014c), que buscam concatenar o conceito de cidadania deliberativa, com base nas categorias de análise: processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum (HABERMAS, 1984) com o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), a partir das categorias de análise: coesão social, coesão territorial, sustentabilidade, governabilidade, inclusão econômica e bem-estar (PERICO, 2009). Nesse sentido a premissa é que sem participação e controle social não é possível obter DTS e que estes conceitos são indissociáveis. A partir da vinculação entre os dois conceitos foi possível obter categorias analíticas e indicadores que contribuem para entender a situação do local quanto a questões ligadas

ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida da população (PERICO, 2009). Os conceitos estão descritos na coluna 1, coluna 2 e coluna 3 do quadro 1.

Já as análises sobre Itaguaí – RJ e Imbabura/Equador estão apresentadas nas colunas 4 e 5 respectivamente do quadro 1 e são resultados das pesquisas elaboradas no período em que foi realizada a pesquisa de campo (2014) com base em uma Missão de Estudo no projeto “Gestão Social e Cidadania: O Controle Social no Desenvolvimento Regional”, Edital 055/2013 – Pró-Integração. Itaguaí – RJ constitui-se um projeto de pesquisa em ação pelo Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT) desde o ano de 2010. Os indicadores buscam entender aspectos como: reconhecimento do cidadão sobre a importância da participação social; identificação de movimentos sociais e de cultura local; existência de canais adequados ao acesso à informação; existência de espaços de discussão junto ao poder público; participação de associações, movimentos, organizações e cidadãos nos processos de decisão; acompanhamento e avaliação de políticas públicas por parte da população; igualdade de influência entre os grupos representativos nas tomadas de decisão; conscientização da população sobre práticas de consumo consciente e uso de energia renovável; práticas de preservação da atividade pesqueira e agrícola local; investimento em gestão de resíduos e em áreas verdes; saneamento ambiental; participação da sociedade e controle social nas contas públicas e na elaboração do Plano Diretor, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, etc.; autonomia financeira; promoção de consultas públicas para decisões de investimentos; transparência e prestação de contas; financiamento da política urbana; existência de conselhos gestores de políticas públicas; integração dos setores locais e capacidade de atender ao crescimento econômico; capacidade do crescimento econômico para atender às demandas sociais; taxa de desemprego, PIB *per capita*, investimento *per capita*; habitação, política de regularização fundiária, acesso a programas culturais e a espaços de lazer; transporte público, mobilidade urbana e trânsito; existência de linhas que atendam às regiões mais afastadas; qualidade do

transporte; preço acessível; condições de tráfego; saúde: taxa de mortalidade infantil; estrutura hospitalar; relação leitos por habitante; programas de prevenção e combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis; expectativa de vida e saneamento básico; educação: taxa de alfabetização; relação aluno/professor; escolarização na idade certa; creches; estrutura das escolas.

Assim sendo, os resultados das pesquisas apresentam aspectos multidimensionais (sociotécnico-econômicos, político-institucionais, culturais, ambientais) sobre a realidade local e contribuem para o entendimento dos modelos de desenvolvimento estudados. A pesquisa utilizou de pesquisa documental, telematizada e de campo. Não se pretende nos resultados esgotar todos os indicadores, mesmo por que alguns destes requerem estudos longitudinais. Sendo assim, o artigo apresenta um painel da situação e contribui para evolução de pesquisas futuras.

O território com suas relações de força é o centro da análise e não apenas as delimitações espaciais, pois aqui a perspectiva que é visada é a de comparar os modelos de desenvolvimento da província de Imbabura/Equador e do município de Itaguaí – RJ. O estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem não só é um convite a análises empíricas bem fundamentadas sobre sua constituição – mais do que de recomendações de política – mas abre caminho para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como estão hoje organizados (ABRAMOVAY, 2006).

Características dos Municípios de Itaguaí e da Província de Imbabura/Equador

O Município de Itaguaí – RJ

Segundo o IBGE, o município de Itaguaí – RJ possuía 109.091 habitantes no ano de 2010 e a estimativa para 2016 era de 120.855. A despeito da origem agrária da região, segundo o censo de 2010, 95,52% da população

já vivia na zona urbana e 4,48% na zona rural. A região apresentou, num movimento que ocorreu em todo o país e que nada tem a ver com as inversões que vêm acontecendo no município, um crescimento consistente do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que em 1991 era de 0,483 e em 2010 chegou a 0,715, ocupando a 38ª posição no ranking entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. O município vem apresentando um PIB crescente e a perspectiva é de que ele aumente ainda mais com os grandes investimentos que ocorreram na região. Exemplificando, o PIB a preço corrente em 2013 (R\$ 5.652.974) é quase seis vezes maior se comparado ao ano 2000 (R\$ 956.086) (IBGE CIDADES@, 2016).

Itaguaí possui um passado histórico de atividades agrícolas como fornecedor da região metropolitana do Rio de Janeiro, inclusive no passado recente, e ainda há atividades remanescentes como o APL da banana, além de produzir cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho. Há também a criação de caprinos, galináceos, muares, ovinos e suínos.

Ao final dos anos 1970 do século passado teve início o ciclo de grandes projetos, marcado pela instalação da Nuclep, empresa que produz componentes de grande porte e alta tecnologia para geração de energia nuclear destinada à Usina Nuclear de Angra dos Reis (situada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro). Os investimentos foram retomados com força nos últimos anos: o porto de Itaguaí, com a moderna logística de retroporto, no qual se instalaram grandes indústrias como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), do grupo alemão ThyssenKrupp, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um terminal marítimo do grupo EBX (Porto Sudeste – operado pela Terminais Impala e o fundo de investimento Mubadala Development Company, em associação com a MMX Mineração e Metálicos S.A.) e outras empresas. Há também a unidade de produção de submarinos nucleares da Marinha do Brasil, inaugurada em 2013. Do ponto de vista da logística de transporte e acesso, deve ser destacada a inauguração do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro, que circunda a região metropolitana fluminense e faz a interseção com as rodovias Washington Luiz (BR 040),

Presidente Dutra (BR 116 Sul), Governador Mário Covas (BR 101 Norte/Sul) e Santos Dumont (BR 116 Norte), que ligam a metrópole carioca em diferentes direções, como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e demais regiões brasileiras.

Figura 2 – Zona Portuária e Industrial de Itaguaí – RJ e Adjacências



Fonte: Google Imagens, 2014.

A despeito dos números, Itaguaí – RJ passa atualmente por um processo de desterritorialização devido à chegada dos grandes empreendimentos no local que tiveram seu início no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e se intensificam de modo exponencial ao longo dos anos da década de 2000 com a instalação de megaempreendimentos (VILLELA et al., 2012). Este processo em andamento fez com que Itaguaí – RJ, antes predominantemente agrária e familiar, se transformasse em um polo industrial e prestador de serviços regional. Investimentos locais têm por característica principal serem intensivos em capital e poupadores de mão de obra. Essa baixa captação de trabalhadores locais tornou a inclusão dos trabalhadores itaguaienses, nesses megaempreendimentos, marginal e pouco inclusiva do ponto de vista sobre o desenvolvimento local, alimentando o cenário prejudi-

cial à coesão social. Com base nesta perspectiva é possível evidenciar que os próprios megaempreendimentos excluíram a participação da população local na geração de riquezas, tornando evidente a forte participação das empresas locais no processo de desterritorialização (VILLELA et al., 2012). A perda de identidade local com a instalação dos megaempreendimentos, aliada a um poder público corrupto e à falta de articulação da população acabaram por caracterizar a desterritorialização de um local antes agrário para uma forte e rápida transformação para o urbano-industrial e prestador de serviços. Dessa forma, os impactos das transformações que ocorrem neste território são potencializados, como será discutido no próximo item.

A Província de Imbabura/Equador

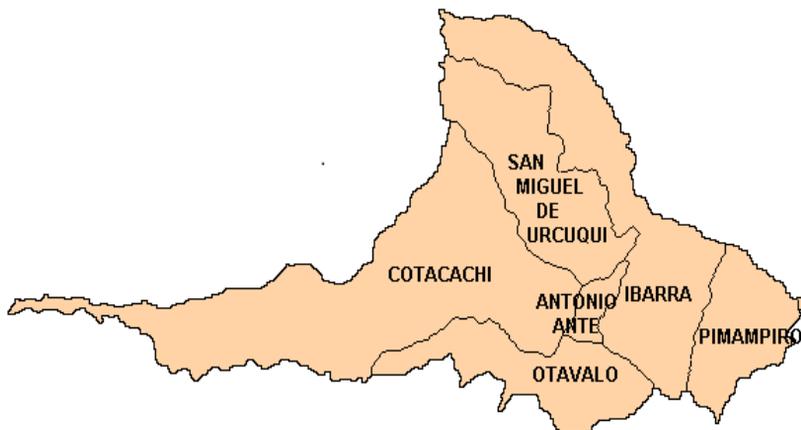
O Equador, assim como alguns outros países andinos – Colômbia, Peru e Venezuela – possui três áreas com aspectos sociais, ambientais e econômicos (correspondentes a diferentes biomas) claramente definidos: o litoral, o altiplano e a floresta amazônica. Esse condicionamento ajuda a entender um conjunto de questões da história, da economia e da sociedade que caracteriza o percurso da América Andina.

Imbabura é uma província localizada na região de Sierra, na República do Equador, ao norte da província de Pechincha, na qual está localizada a cidade de Quito, capital federal. O nome da província deriva do vulcão Imbabura, ali localizado. Imbabura possui seis subdivisões administrativas, chamadas de cantões: Ibarra, que é a capital de Imbabura, Antonio Ante, Cotacachi, Otavalo, Pimampiro e San Miguel de Urcuquí.

No ano de 2013 a província apresentou um IDH de 0.858, comparado ao IDH da Grécia, que no mesmo ano foi de 0.853. Segundo o censo de 2010, Imbabura possui uma população estimada em 398.244 mil habitantes. É uma população jovem, a maioria (51,4%) de mulheres. A maior parte da

população se considera mestiça (65,7% em 2010), seguida por indígenas (25,8%), afro-equatorianos (5,4%), brancos (2,7%), montubio (0,3%) e outras descendências (0,1%).

Figura 1 – Província de Imbabura/Ecuador



Fonte: Google Imagens, 2014.

A população em idade de trabalhar e economicamente ativa é de 168.734,⁷ a População Economicamente Ativa (PEA) representando 42,37% do total da população, mostrando-se levemente maior que o indicador nacional (42,07%). A agricultura, a silvicultura e a pesca são as atividades econômicas que mais empregam pessoas, constituindo estas as principais atividades em Cotacachi, Pimampiro e Urcuquí. A segunda atividade econômica a abranger mais trabalhadores é o comércio: em Ibarra é onde está a maioria dos negócios. Em Antonio Ante e Otavalo encontra-se a terceira maior atividade econômica da província, a atividade manufatureira.

⁷ Segundo o *Instituto Nacional de Estadística y Censos del Ecuador* (Inec), no censo realizado no ano de 2010, verificou-se que a população economicamente ativa alcançava tal patamar, levando-se em consideração pessoas com mais de 10 anos de idade.

A agricultura é uma das principais atividades da região graças à vasta extensão de terras que Imbabura possui, o que permite a diversificação da atividade produtiva em relação à agricultura. A cultura do milho destaca-se como uma das mais antigas (DOMÍNGUEZ, 2014). De acordo com os dados gravados no documento do Plano Estratégico de Desenvolvimento do governo da província de Imbabura, 37,4% da área de terra destina-se à agricultura e 62,6% estão envolvidos em florestas, pântanos, infraestrutura, assentamentos populacionais, etc. Os principais cultivos da região são milho, banana e cana-de-açúcar. O turismo é também uma atividade econômica de muita importância na região, sendo uma das sete cadeias produtivas priorizadas em Imbabura. A paisagem andina da região, formada por montanhas e vales, tem atraído muitos turistas, e de acordo com a Pesquisa Nacional sobre Emprego, Desemprego e Subemprego (Enemdu), a província foi visitada por 199.322 estrangeiros, em 2012.

Diferentemente de Itaguaí – RJ – que vem inserindo em sua estrutura um perfil urbano-industrial (usinas siderúrgicas e estaleiros) e de prestação de serviços (portos públicos e privados e condomínios logísticos) com base no aporte aos megaempreendimentos, Imbabura/Equador vem desenvolvendo um projeto de desenvolvimento que integra a cultura e a economia locais e, embora pouco pretensiosa, tem proporcionado melhoras na qualidade de vida de sua população bastante relevantes e com mínimos impactos.

Indicadores de Desenvolvimento Territorial Para as Regiões de Itaguaí e Imbabura

O Quadro 1 exibe uma comparação de indicadores entre o município de Itaguaí – RJ e a província de Imbabura, na República do Equador.

Quadro 1 – Definições e Indicadores para DTS nos territórios de Itaguaí e Imbabura

Cidadania Deliberativa	Dimensões de DTS	Indicadores	Itaguaí	Imbabura
Processo de Discussão	Coesão Social	Reconhecimento do cidadão sobre a importância da participação social;	Pouco envolvimento da população local nos processos decisórios.	Ampliação da população nos processos decisórios
		Identificação de movimentos sociais e de cultura local;	Perda da identidade local e processos não inclusivos da população local. Entretanto, há processos de conscientização e movimentos sociais em curso, especialmente nos conselhos municipais.	Resgate da identidade pela valorização das nações originárias.
Inclusão	Coesão Territorial	Existência de canais adequados ao acesso à informação;	A participação da sociedade fica comprometida na medida em que as informações não chegam à população, dificultando a prática dialógica dos atores sociais na formulação e implementação das políticas públicas que poderiam fazer frente aos impactos dos megaprojetos.	Criação de canais diretos entre a administração pública e a população local.
Pluralismo				
Igualdade Participativa		Existência de espaços de discussão junto ao poder público;	Os espaços de discussão entre as instituições públicas e a sociedade de fato, existem de forma incipiente e os conselheiros são pouco capazes de sobrepor essa barreira, em parte por falta de mecanismos, em parte pela falta de interesse da própria população.	Definição participativa das prioridades em uso dos recursos públicos
Autonomia				
Bem estar				
	Participação de associações, movimentos, organizações e cidadãos nos processos de decisão;	Crescente, porém, pouco ouvidos.	Forte controle social por grupos locais	
	Acompanhamento e avaliação de políticas públicas por parte da população;	Pouco relevante, não há cultura de participação social historicamente, no território de Itaguaí. Há também dificuldade em saber seu papel e desconhecimento do Plano Diretor.	Ampliação das relações de poder entre a população local e os poderes públicos após a Constituição de 2008.	

Sustentabilidade	Conscientização da população sobre práticas de consumo consciente e uso de energia renovável;	Mesmo apresentando-se de forma pouco efetiva, observa-se em Itaguaí algum fortalecimento da participação, pela formação de organizações de representatividade social.	Grandes terremotos ocorreram no passado na província. O último ocorrido em 5/3/1987. A geografia local tem um ecossistema frágil que requer cuidados.
	Práticas de preservação da atividade pesqueira e agrícola local;	As associações de pescadores têm papel fundamental na incorporação de atores individuais e coletivos, mas não possuem grande expressividade no território analisado	Valorização da agricultura familiar e cultivo tradicional nas áreas indígenas. Produção de milho e cana-de-açúcar. Em 2001 foram contabilizados 283.658 hectares cultivados em Imbabura
	Investimento em gestão de resíduos e em áreas verdes; saneamento ambiental	A chegada de indústrias poderia ser benéfica para os moradores da região se os cuidados socioambientais fossem devidamente tratados.	Existência de culturas tradicionais sem grandes impactos ambientais. A produção de cimento e de açúcar na região são apontados como geradores de problemas ambientais.
Governabilidade	Participação da sociedade e controle social nas contas públicas e na elaboração do Plano Diretor, da LDO e da LOA;	Há falta de conhecimento e pouco interesse tanto do poder público quanto da sociedade civil no PDDSMI (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí)	Há espaços de discussão do poder local com representantes da sociedade. Estão aí incluídas as representações das nações originárias.
	Autonomia financeira;	Graças às receitas provenientes dos megaempreendimentos, o município apresenta solidez fiscal.	Não há informações relativas às finanças locais, mas as funções básicas do setor público são executadas.
	Transparência e prestação de contas; Financiamento da política urbana	Apesar de o Estatuto da Cidade e o PDDSMI instituírem o sistema de participação das comunidades organizadas de Itaguaí na gestão democrática da política urbana municipal, pode-se observar a falta de transparência e interação entre o poder público e a sociedade civil para pensar de forma democrática a política urbana municipal.	Historicamente o território foi invadido pelos Incas e posteriormente pelos espanhóis. Várias crises de governabilidade se destacam, dentre as quais o conflito da fábrica de Imbabura em 1965, bem como conflitos de terras entre índios e brancos, latifundiários e pequenos produtores agrícolas. Tais lutas históricas ampliaram o sentido de participação. O orçamento público é feito em conjunto pelas obrigações pressupostas.

		Conselhos gestores de políticas públicas;	A maioria dos conselhos (11 de 20) não fazem reuniões com periodicidade e têm representatividade ínfima em relação ao poder público.	O “ <i>Consejo Provincial</i> ” existe desde 1929, tendo sido sua estrutura reformulada ao longo dos anos. Hoje há participação de diversos conselhos paroquiais e de bairros. Federações, associações indígenas e de trabalhadores como a –Fíci, Conaie, Unoarcoc, Cedoc. Atuam tradicionalmente nas decisões.
Inclusão Econômica		Cursos de capacitação local e assistência técnica;	Apenas uma iniciativa (Senai) para formar mão de obra para atender às demandas dos megaemprendimentos.	Fábrica de Imbabura que funciona como centro de divulgação de novas tecnologias na área têxtil.
		Integração dos setores locais;	Baixa integração dos setores locais e capacidade de atender ao crescimento econômico.	Forte integração das atividades econômicas. Hoje os latifúndios foram desmembrados. Turismo, artesanatos, trabalhos em couro, bordados, tecelagem. Cultura de artesanatos qualificados e intergerações, construção civil.
		Capacidade de o crescimento econômico atender às demandas sociais;	O crescimento econômico robusto é resultado das inversões referentes aos megaemprendimentos e não necessariamente se traduzem em integração dos setores locais e capacidade de atender ao crescimento econômico, ou a capacidade de o crescimento econômico atender às demandas sociais.	Crescimento econômico baseado nos recursos locais. O Cantão de Atuntaqui é conhecido por baixo desemprego, livre de analfabetismo, boa gestão local e crescimento equilibrado.
		Taxa de desemprego;	Baixa no que se refere à criação de empregos formais houve um crescimento de 98,91% de 2005 a 2010.	Baixa, 2,7%, porém existe na região muito subemprego. Tanto no campo como nas áreas urbanas.
Bem estar		Habitação e acesso a programas culturais e a espaços de lazer;	A volatilidade no orçamento da cultura pode estar ligada ao financiamento de shows milionários com grandes artistas nacionais. Em uma democracia de baixa intensidade e que não possui canais de diálogo e participação efetivos, repete-se esse padrão de gastos, comum no Brasil	Valorização da cultura local. Resgate de tradições. Controle exercido pelas confederações e conselhos locais.
		Transporte público;	O transporte público em Itaguaí é de baixíssima qualidade e a população local reclama da demora, especialmente depois que as vans foram tiradas de circulação. Desta forma, os dados de altos gastos com transporte não condizem com a realidade e indicam mau uso do dinheiro público.	O governo central está construindo uma nova rodovia para ampliar a facilidade de transporte na região, porém a população conta com baixos investimentos em transporte local.

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de VILLELA et al. (2014c).

Os resultados desta análise partem da aplicação da Sociologia Econômica de Neil Fligstein (2001), para o qual os processos de desenvolvimento em dado território, seja em Itaguaí ou em Imbabura, derivam do confronto entre protagonistas existentes com interesses diversos. A luta pelo poder nesse campo chamado território irá definir a forma como este desenvolvimento se dará. A aplicação da Sociologia Econômica implica então o estudo dos processos localizados de cooperação não como expressão idílica de virtude cívica e sim como forma de dominação decorrente da própria luta pelo poder.

A cooperação envolve necessariamente a disposição desigual de recursos capazes de promover sua obtenção: a habilidade social (social skill) capaz de construir os processos de cooperação abre um importante caminho para as iniciativas dos atores (agency) que não se dobram simplesmente a constrangimentos estruturais opressivos. Mas esta habilidade não é igualmente distribuída entre eles e o sucesso de seu exercício depende não tanto de boas “políticas” (policies), mas, sobretudo da capacidade de construir coalizões políticas que vão refletir a força de cada grupo social (ABRAMOVAY, 2006, p. 7).

No que diz respeito às relações entre cidadania deliberativa e as dimensões de coesão social e territorial do DTS observou-se que o cidadão de Itaguaí tem pouco acesso às informações, assim como pouca pluralidade nos processos decisórios. Esta mesma tendência foi apontada quanto questionados 69 conselheiros do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil participantes das conferências estadual e nacional em 2013. Metade dos conselheiros entende que a população não tem acesso às discussões que dizem respeito ao município, o que indica baixa coesão social e territorial. A maioria dos conselheiros entrevistados (36 entre 69) admite também que pouco, muito pouco ou nunca são feitas discussões das quais participam todos os atores sociais (cidadãos, empresários e poder público). Essa informação revela a baixa capacidade da população do referido território de definir

suas políticas e estratégias em razão de seus próprios recursos e interesses territoriais. Quanto a Imbabura, a nova Constituição vem ampliando os espaços de deliberação e discussão dos objetivos traçados pela sociedade civil.

Com relação à cidadania deliberativa e à sustentabilidade como dimensão do DTS é observada a conscientização da população sobre práticas de consumo consciente, de preservação da atividade pesqueira e agrícola local e investimentos em gestão de resíduos e em áreas verdes. Para verificar as questões sobre a sustentabilidade no município elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDS – para a Baía de Sepetiba (COMPANHIA..., 2014) contratada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). Segundo Villela et. al. (2014c) tal plano, repetindo a prática tecnocrática, apesar de apontar para a necessidade de diálogo, na prática não buscou dialogicidade com a sociedade local. Ou seja, o plano mapeia os impactos socioeconômicos e ambientais, porém não incita o local ao controle social e às práticas de consumo consciente e preservação.

Mesmo apresentando-se de forma pouco efetiva, observa-se em Itaguaí algum fortalecimento da participação, pela formação de organizações de representatividade social. Este tipo de prática, apesar do baixo alcance, pretende incluir aqueles que se viam à margem do crescimento econômico do município, inserindo a sociedade do local nas atividades produtivas. Quanto a Imbabura as atividades locais não impactam tão fortemente o meio ambiente e a sociedade local.

No que se refere à governabilidade como dimensão do DTS e a cidadania deliberativa buscou-se verificar o controle social nas contas públicas e na elaboração do Plano Diretor, da LDO e da LOA, a autonomia financeira, a promoção de consultas públicas para decisões de investimentos, a transparência e prestação de contas; o financiamento da política urbana e os conselhos gestores de políticas públicas. Quanto à autonomia financeira, graças às receitas provenientes dos megaempreendimentos, o município apresenta solidez fiscal, propiciando um ambiente de negócio com mais segurança. O Índice Firjan de Gestão Financeira municipal (FEDERAÇÃO...,

2014) é uma ferramenta de *accountability* que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitem o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos, bem como maior controle social da gestão fiscal dos municípios. Tal índice para o município de Itaguaí foi definido como Bom e Excelente, apresentando um resultado médio de 0,76948 (FEDERAÇÃO..., 2014).

Observa-se que a baixa participação social nas decisões tomadas pelo município agrava os impactos negativos provenientes dos megaempreendimentos. Ferraz (2014) destaca a falta de conhecimento da lei que estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí (PDDSMI). A participação da sociedade fica comprometida na medida em que as informações não chegam à população, o que dificulta a prática dialógica dos atores sociais na formulação e efetivação das políticas públicas que poderiam fazer frente aos impactos dos megaempreendimentos. Apesar de o Estatuto da Cidade e o PDDSMI instituírem o sistema de participação das comunidades organizadas de Itaguaí na gestão democrática da política urbana municipal, pôde-se observar a falta de transparência e interação entre o poder público e a sociedade civil para pensar de forma democrática a política urbana municipal. Quanto a Imbabura, o modelo de gestão preconiza o planejamento dos pressupostos (orçamentos). Tais pressupostos definem os gastos públicos que são controlados pelos conselhos, associações e confederações locais.

No que respeita à inclusão econômica como dimensão do DTS observou-se os cursos de capacitação local e assistência técnica, a integração dos setores locais e capacidade de atender ao crescimento econômico, a capacidade de o crescimento econômico atender às demandas sociais, a taxa de desemprego, PIB *per capita* e investimento *per capita*.

Segundo VILLELA et al. (2014c), o quadro geral da economia de Itaguaí apresenta-se da seguinte forma: o Produto Interno Bruto – PIB – a preços correntes, cresceu 372% no período de 1999 a 2010. Nota-se a presença de três diferentes fases de crescimento do PIB do município: 1) de 1999 a

2004, tendo crescido 141%, mais fortemente no último biênio; 2) de 2005 a 2008, com um crescimento mais moderado, de apenas 35% e 3) no biênio 2009-2010, quando houve uma forte arrancada, duplicando o PIB devido ao início da instalação dos megaprojetos, assim como o aumento populacional. A taxa de investimento mede o estímulo ao desenvolvimento econômico, ao refletir o aporte de bens de capital destinado a ampliar a capacidade de produção. No caso de Itaguaí, os investimentos cresceram 16,31% no período de 2006 a 2010, representando 94,38% das despesas de capital. Por outro lado, as despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 91,83% no mesmo período.

No que se refere à criação de empregos formais houve um crescimento de 98,91% de 2005 a 2010. O volume de admissões e desligamentos manteve-se relativamente constante de 2005 a 2007, passando, então, por uma forte queda, só recuperada em 2010. Apesar de verificarmos um desemprego reduzido e um PIB per capita relativamente alto, é importante destacar que estes indicadores econômicos são resultado das inversões referentes aos megaprojetos e não necessariamente se traduzem em integração dos setores locais e capacidade de atender ao crescimento econômico, ou a capacidade do crescimento econômico atender às demandas sociais, ou seja, embora esta seja uma janela de oportunidades para a cidade, que seria certamente aproveitada caso houvesse um controle social efetivo, os impactos gerados pelos megaprojetos, como o aumento populacional, podem superar as inversões que não se traduzem em melhoria de qualidade de vida e bem-estar para a população. Na província de Imbabura tenta-se uma sinergia entre a cultura local e a atividade econômica, o que, justamente, leva à inclusão econômica. A região conta com um centro de formação de capacidade produtiva em têxteis na histórica Fábrica de Imbabura. Tal centro é uma iniciativa público-privada, que tem como objetivo fortalecer a formação e capacidade técnica daqueles que estão envolvidos no processo produtivo local, promovendo dessa forma ganhos de eficiência, a produtividade e a competitividade da indústria têxtil nacional. Observa-se que a

produção de têxteis na região pode ser considerada um *cluster* produtivo. Ou seja, um Arranjo Produtivo Local (APL). A tradição de produção têxtil na região remonta às populações originárias. Inicialmente com a produção de lã de lhamas, a tecelagem foi se desenvolvendo. Hoje os municípios locais apresentam especializações em confecções, produção e tecelagem em lã, tapeçarias, vestimentas em couro, tecidos para decoração, cama e mesa, etc. Este arranjo produtivo tornou-se um forte atrativo turístico regional. Os produtos ali produzidos tornaram-se uma marca da região graças a sua qualidade e diferencial. Destaca-se também o papel dos vendedores ambulantes, que levam o produto regional para mercados mais distantes.

A dimensão de bem-estar do DTS, como todas as outras depende do controle social efetivo e das ações de uma cidadania deliberativa exercida por toda a sociedade civil. A melhoria do bem-estar da população local seria, em parte, resultado da inclusão econômica, uma vez que estaria ligada ao uso consciente dos recursos provenientes dos megaempreendimentos e está também relacionada com os serviços oferecidos pelo poder público. No caso de Itaguaí foram observados os serviços de educação, saúde, transporte, cultura, saneamento e lazer.

No que se refere à educação observa-se que a oportunidade gerada pelo crescimento das receitas e do aumento significativo das transferências constitucionais não se traduzem em benefícios adicionais à município. De fato, os gastos com educação apresentaram uma queda de 24% no ano de 2013, embora tenham crescido 96% no período de 2008 a 2013. Dessa forma, é possível perceber que há um descolamento entre os investimentos feitos a partir dos megaempreendimentos e a melhoria da qualidade de vida da população local por meio da educação.

Verifica-se que a proporção de alunos cursando os diferentes módulos na idade recomendada vai decrescendo com o avançar dos ciclos escolares. Em 2010, apenas 9,42% dos alunos de 18 a 24 anos estavam cursando o Ensino Superior; 23,95% dos jovens de 15 a 17 anos estavam cursando o Ensino Médio regular sem atraso e 52,31% dos alunos entre 6 e 14 anos estavam

cursando o Ensino Fundamental regular. O município apresenta algumas carências de equipamentos escolares nas várias esferas, principalmente no Ensino Superior, que é praticamente inexistente. Dessa forma, parte da população é obrigada a se deslocar para os municípios mais próximos como Seropédica, Rio de Janeiro, Niterói e Volta Redonda, que oferecem campi universitários. Verificou-se que quase a totalidade dos gastos, 89,14%, é direcionada ao Ensino Fundamental, posto que Itaguaí não possui uma rede municipal de Ensino Médio (VILLELA et al., 2014b).

Em Imbabura estão localizadas cinco universidades – a Universidad Técnica del Norte, a Pontificia Universidad Católica del Ecuador, a Universidad Uniandes, a Universidad de Otavalo e a Universidad de Investigación, Ciencia y Tecnología del Ecuador – e o setor educacional vem ganhando protagonismo igualmente entre as iniciativas do poder público. Em 2011 foi anunciada a construção de Yachay, a “cidade do conhecimento”, em Urcuquí, onde o governo central está estabelecendo uma cidade universitária com foco em pesquisa, inovação e produção de conhecimento, contribuindo assim para a riqueza do país e na base da economia do conhecimento. A taxa de analfabetismo vem caindo na província de Imbabura: em 1990, 18,4% da população com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever, caindo para 13,3% em 2001 e 10,6% em 2010. Essa queda da taxa de analfabetismo vem ocorrendo graças ao sistema educacional, que contribui de maneira intensiva para a educação básica na província. O censo de 2010 mostra que 94,5% das crianças entre 5 e 14 anos encontram-se matriculadas e frequentando a escola.

Entre os setores analisados, os gastos com saúde foi um dos que mais cresceram, chegando a um aumento de 118% no período de 2008 a 2013. Não foi possível fazer uma análise dos componentes dos gastos com saúde para os anos 2011 e 2012 devido à falta de informações. Verifica-se, no entanto, a baixa preocupação com a prevenção. As Subfunções: Atenção Básica, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Alimentação e Nutrição somam apenas 4% das despesas com saúde. Enquanto isso, os gastos com a Administração Geral chegam a 70%. A saúde em Imbabura é tratada de

outra forma. Segundo o Ministério do Interior, houve nos últimos anos a construção de centros de saúde nos municípios, possuindo o mais importante deles, o “Hospital San Vicente de Paul” uma unidade de diálise. Além disso, fortaleceram-se as unidades de terapia intensiva e criou-se um plano especial de atenção ao usuário, que em geral possui poucos recursos econômicos.

É curioso observar que os gastos com cultura mostraram um crescimento vertiginoso quando analisado apenas o período de 2009 a 2012, período em que cresceu 290%. Por outro lado, os gastos com desporto e lazer caíram constantemente, saindo de R\$ 891.074,80 em 2008, para R\$ 118.829,10 em 2013.

A razão para uma volatilidade tão grande no orçamento da cultura pode estar ligada ao financiamento de shows milionários com grandes artistas nacionais. Em uma democracia de baixa intensidade e que não possui canais de diálogo e participação efetivos, repete-se esse padrão de gastos comum no Brasil (VILLELA et al., 2014c). Por exemplo: entre 2 e 6 de julho de 2014 realizou-se a 21ª ExpoItaguaí no Parque de Exposições. A despesa com shows (sem contar a infraestrutura e outras despesas), para pagamento de artistas de projeção nacional atingiu 1,66 milhão de reais (Edição 351 do Jornal Oficial de Itaguaí, página 5, de 6/6/2014). Se houvesse uma discussão de prioridades, possivelmente a opção seria pela não realização desta forma, talvez com a opção de artistas da região que carecem de espaços para apresentação na grande mídia e, pelo visto, também nos eventos locais.

Não foi possível encontrar os números de 2013 para os gastos com saneamento, mas mesmo assim pode-se observar que eles nunca foram muito vigorosos, ficando em torno de R\$ 66 mil por ano. Em uma cidade que apresenta perspectivas de crescimento populacional vigorosa em razão dos megaempreendimentos, é extremamente grave que não haja investimentos em saneamento básico na mesma proporção.

Os gastos com transporte cresceram 53% entre 2008 e 2013, com seu pico em 2012, quando acumulou um crescimento de 173% em relação a 2008. Na realidade, sabe-se que o transporte público em Itaguaí é de baixíssima qualidade e que a população local reclama da demora, especialmente depois que as vans foram tiradas de circulação. Desta forma, os dados de gastos com transporte não condizem com a realidade e indicam mau uso do dinheiro público.

A prefeitura ainda declara em seu *site*⁸ na Internet que, no período analisado, 65% dos recursos foram aplicados em serviços urbanos do transporte. Os outros 35% foram para a Administração.

A questão do mau uso do dinheiro público é recorrente e já ganhou as manchetes do maior noticiário televisionado do país. A suspeita de desvio de dinheiro público está sendo investigada pela Polícia Federal, que identificou que o prefeito comandava uma quadrilha que desviava verbas dos *royalties* do petróleo e do Sistema Único de Saúde. O desvio seria da ordem de 10 milhões de reais ou 30% do orçamento da cidade. Interessante observar que a renda domiciliar per capita do morador de Itaguaí é de apenas 684,77 reais por mês. As denúncias foram feitas por moradores que identificaram que compras feitas pela prefeitura nunca eram entregues, enquanto isso o prefeito circulava pela capital utilizando uma Ferrari e possuía várias propriedades e bens de luxo (JORNAL NACIONAL, 2014).

Em março de 2015 o prefeito Luciano Mota sofreu um processo de afastamento do cargo que culminou com a sua cassação pela Câmara de Vereadores de Itaguaí. As investigações da Polícia Federal, e diligências do Ministério Público, continuaram após o procedimento de impeachment e concluíram que fraudes, desvios de verbas, favorecimentos ilícitos e uso inadequado dos recursos públicos em geral ocorreram na gestão de Luciano

⁸ Prefeitura Municipal de Itaguaí – RJ: < <http://www.itaguaei.rj.gov.br/>>

Mota e as consequências das ações do antigo chefe do Poder Executivo municipal foram sentidas nos anos seguintes (ODIA, 2015; EXTRA, 2015; EBC, 2015).

Considerações Finais

O objetivo do artigo é avaliar diferenças e contradições entre dois modelos de desenvolvimento territorial na América Latina: o do município de Itaguaí-RJ e o da província de Imbabura, no Equador.

A província de Imbabura apresenta um panorama que privilegia o bem-estar da população e a construção conjunta da coesão social, fundamental para que o desenvolvimento se dê de forma participativa e sustentável. A Revolução Cidadã equatoriana vem contribuindo para isso, tanto nos aspectos administrativos quanto em termos sociais e econômicos. A população e a economia locais possuem um potencial enorme para o desenvolvimento dos povos e fortalecimento do país, com base em práticas sustentáveis, mas o bem-estar nacional necessitava de uma mudança de postura nas políticas públicas. Esta abordagem tem dado resultados concretos no que diz respeito ao desenvolvimento social, e vem reduzindo as disparidades regionais entre as diversas regiões do país, com investimentos em educação e saúde, reduzindo a pobreza e a extrema pobreza, ainda persistentes, mas em menor grau na contemporaneidade.

Ao contrário da província de Imbabura, Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, é um município pujante e, como foi visto, que conta com investimentos de grandes empresas, tem importância estratégica a partir de seu porto e vem recebendo recursos vultuosos referentes a contrapartidas das empresas que se instalam ali. No entanto, as questões históricas, institucionais, culturais e a forma como o capital chega na região, sem a participação dos cidadãos, fez com que o nível de vida da população não melhorasse. Ao

contrário, houve expansão populacional resultante da atração que os grandes projetos de investimento exercem e a consequente piora ou melhora discreta de alguns serviços públicos que já possuíam baixa qualidade.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que o modelo de Itaguaí – RJ é mercadocêntrico e não participativo. Não se pode esperar que a lógica dos grandes projetos por si só trará positivities ao território. Sem a participação da sociedade, e a sua resistência, como sugere Milton Santos (2000), bem como um poder público local servindo ao interesse público, o resultado será o aprofundamento de um processo de desterritorialização caótica que já dá mostras de sua natureza predatória.

Resumidamente é possível observar que o modelo de Imbabura persegue um crescente processo de inclusão social e bem-estar, enquanto que o modelo de Itaguaí visa *a priori* o crescimento econômico e um aumento de receitas públicas. Nessa perspectiva, a população de Itaguaí vem sendo excluída dos possíveis benefícios do crescimento econômico.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Para uma teoria de estudos territoriais*. 2006. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf>. p. 1-13.

CIUDAD YACHAY. Disponível em: <<http://www.yachay.gob.ec/>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS (Cobrape). *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://ccivap.org.br/downloads2011/PDS%20da%20Baia%20de%20Sepetiba.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

CONSTITUIÇÃO DO EQUADOR. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoDoEquador.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

DOMÍNGUEZ, Rodrigo Villegas. *História de la província de Imbabura*. Ibarra: Corporación Imbabura, 2014.

EL COMÉRCIO. Disponível em: <<http://edicionimpresa.elcomercio.com/es/21120000c4d852a2-4943-4be1-84fd-0c2579053db8>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

EBC. *PF apreende helicóptero e carros de luxo de ex-prefeito de Itaguaí*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/pf-apreende-helicoptero-e-carros-de-luxo-de-ex-prefeito-de-municipio>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ECUADOR INMEDIATO. *Ecuador Construirá Yachay Ciudad del Conocimiento*. Disponível em: <http://www.ecuadorinmediato.com/index.php?module=Noticias&func=news_user_view&id=163222&umt=ecuador-construira-yachay-ciudad-del-conocimiento-en-imbabura>. Acesso em: 10 jan. 2013.

EXTRA. *Em protesto, moradores de Itaguaí pedem que prefeito da cidade deixe o cargo*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/em-protesto-moradores-de-itagua-i-pedem-que-prefeito-da-cidade-deixe-cargo-15001459.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FERRAZ, L. *Atuação dos Conselhos Comunitários no acompanhamento e participação cidadã do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí-RJ*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), Seropédica, 2013.

FLIGSTEIN, Neil. Social skill and the theory of fields. *Revista Sociological Theory*, p. 105-125, 2001. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=iir/ccop>>. Acesso em: 6 maio 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Firjan). *Itaguaí – RJ (Ano 2014): IFGF 0.6722*. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=RJ&IdCidade=330200&Indicador=1&Ano=2014>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984. Vol. 1.

_____. *The theory of communicative action*. Lifeworld and System: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987. Vol. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 maio 2010.

IBGE CIDADES@. Itaguaí, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=330200&idtema=152&search=rio-de-janeirilitaguaiproduto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso em: 10 junho 2016.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

JORNAL NACIONAL. *Prefeito de Itaguaí (RJ) é suspeito de comandar desvio de verbas*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2014/12/19.html>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

LA HORA NACIONAL. *Imbabura, rica en diversidad agrícola*. Disponível em: <http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1000117872/-1/Imbabura,_rica_en_diversidad_agr%C3%ADcola.html#.VGj5iD'TF9A1>. Acesso em: 2 nov. 2010.

MACEDO, L. F. de Andrade; VILLELA, L. E. Construção da participação cidadã no desenvolvimento local: uma análise da gestão da plenária dos conselhos comunitários do município de Itaguaí. *RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 3, n. 2, p. 85-106, 2014.

O DIA. *Manifestantes organizam festa junina na porta da Câmara Municipal de Itaguaí*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-23/manifestantes-organizam-festa-junina-na-porta-da-camara-municipal-de-itaguaui.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PERICO, R. E. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

SANTANA, Jeferson Simões; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ. *Cadernos Ebape*, FGV, v. 9, p. 846-867, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TENÓRIO, F. G. *Tem razão a administração?* 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008a.

_____. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008b.

TENÓRIO; SARAIVA, H. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. *Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 340p.

UASB. Disponível em: <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/381/File/CENEC_IM-BABURA.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.

UNIVERSIDAD TÉCNICA PARTICULAR DE LOJA. Informe de Coyuntura Económica N° 11. *La actividad económica del Ecuador: Una visión desde la economía espacial*. Disponível em: <<http://www.utpl.edu.ec/comunicacion/wp-content/uploads/2012/12/utpl-Informe-de-coyuntura-economica-N-11-ano-2012.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G.; CANÇADO, A. C. Perspectivas da Agropecuária do Município de Itaguaí Face a Megaprojetos em Implementação no Local. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 16, p. 208-219, 2014.

VILLELA, L. E.; VIDAL, M. Grandes projetos de investimentos em Itaguaí-RJ e investimentos em educação: o dilema do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 2, p. 223-233, 2014a.

VILLELA, L. E.; VIDAL, M.. *Os conselhos municipais como instrumentos de Controle Social no Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Madrid: GIGAPP, 2014b.

VILLELA, L. E. et al. Crescimento econômico versus gestão social e desenvolvimento territorial sustentável – análise dos impactos de megaempreendimentos nos municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí-RJ. *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, p. 119-145, 2012.

VILLELA, L.E. et al. Desenvolvimento versus crescimento: as contradições no município de Itaguaí – RJ. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, v. 1, p. 61-75, 2014a.

VILLELA, L. E. et al. *Gestão social e políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir da percepção dos conselheiros municipais*, VIII ENAPEGS, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014b.

VILLELA, L. E. et al. Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Gestão Social como conceitos indissociáveis: o caso do município de Itaguaí-RJ. In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques. (Org.). *Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social: limites, desafios e possibilidades*. 1. ed. Viçosa: UFV, 2014c. V. 1.